

Há algum tempo, o alto patrocinador desta conferência disse-nos que havia mais vida para além do orçamento. E muitos de nós pensaram: “Graças a Deus!”. Serviu este painel para nos recordar que, do mesmo modo, *há mais língua portuguesa para além da falada em Portugal*. E que, além de “Graças a Deus!”, podemos exclamar “Graças a nós!”. A constatação de evidências como a dimensão multicontinental da língua e como a autoria portuguesa desse movimento de difusão não mereceria talvez ser erigida a tema de um painel, nesta conferência dedicada especialmente à língua de Portugal. Mas a exploração das divergências e das convergências que existem no espaço global da língua portuguesa, a ponderação dos seus efeitos e das lições que daí podem decorrer – essas sem dúvida merecem o lugar que aqui tiveram.

Como está organizado o espaço da língua portuguesa? Parecerá natural a um português colocar-se no centro desse espaço e definir o resto por graus de distanciamento. Afinal, foi esse o método seguido por Lindley Cintra para desenhar o mapa dos dialectos de Portugal: situou-se no ponto de vista do padrão oral de Lisboa e descobriu que os dialectos do centro e do sul pouco dele diferiam, enquanto os do norte se afastavam mais e mais, em graus coincidentes de diferença estrutural e de distância quilométrica.

Este método funciona bem no espaço português e acho que também serve para o espaço que fica além. Mas a sua aplicação é um pouco problemática, por razões que a história nos conta. A língua a que chamamos portuguesa nasceu na Galiza e numa região minhoto-duriense que, na época, também era galega; a língua já existia, portanto, quando o país foi desenhado a sul do rio Douro e transplantou-se para aqui exactamente como depois se transplantaria para terras brasileiras e africanas. Em Lisboa, como em São Paulo e em Maputo, é uma língua que veio de fora. O que não impede os portugueses de afirmar que a língua lhes pertence; impede-os, sim, de afirmar que a língua só a eles pertence, como ainda se ouve dizer.

Fica assim entendido que a descrição do espaço internacional da língua portuguesa é empreendida sob contrato de condomínio; apliquemos o método

* Professor Catedrático da Universidade de Lisboa e membro da Comissão Científica da Conferência.

de Cintra e distingamos nesse espaço exterior três círculos concêntricos, nos quais a língua portuguesa vive em condições progressivamente mais distanciadas da sua variante europeia.

a) O círculo da emigração, que na realidade contém situações difíceis de integrar numa mesma categoria. Talvez se possa distinguir uma *emigração de longo curso*, constituída por comunidades que partiram há muito tempo, e para muito longe, e cujas novas gerações estão plenamente aculturadas às sociedades em que vivem, dispendo de um conhecimento residual do português, alimentado mais pelos estereótipos dos seus pais e avós que por um contacto regularmente actualizado com Portugal. E, ao lado desta emigração a que chamei de longo curso, uma outra *emigração costeira*, que se dirigiu a países de onde é fácil regressar e de onde, efectivamente, muitos emigrantes regressaram, trazendo um capital de experiência e de exigência que é benéfico para a modernização da nossa sociedade. Entre as gerações mais novas deste segundo tipo de emigração, a proximidade de contactos com Portugal justifica uma acção continuada de didáctica linguística, que seja sensível ao facto de, por vezes, o português já não ser a sua língua materna. Disto falou Solange Parveaux, com a autoridade de uma vida inteira.

b) O segundo círculo é constituído pelas comunidades que falam português nos países de descolonização recente. É uma boa nova a verificação de que, em países como Angola e Moçambique, a população que adquire o português como língua materna está a crescer muito rapidamente, mesmo que as causas imediatas do fenómeno sejam a concentração, em torno das respectivas capitais, de massas de refugiados aloglotas, que para língua veicular só podem contar com o português e que o transmitem como língua de berço aos filhos, esses meninos que a televisão nos dá a falar mais desenvoltamente que os da escola da Vialonga. Os dados moçambicanos trazidos por Perpétua Gonçalves são impressionantes: em 17 anos, ou seja a vida de um adolescente, a população que fala português como língua materna passou de 1% para 6% e a que o fala como língua segunda passou de 25% para 33%, proporções que talvez sejam espelhadas pela actualidade angolana, por enquanto muito menos estudada. Que esplêndida encomenda para o observatório linguístico que se delineia acompanhar em tempo real o crescimento e a maturação desta primeira geração de meninos angolanos, que se descobrem lusofalantes não graças a nós, portugueses, mas por desgraças da guerra.

Uma outra boa nova (pelo menos da perspectiva lusocêntrica que venho seguindo) é o alinhamento das elites moçambicanas pelo padrão do português europeu. Mas este facto tem efeitos secundários que não serão sustentáveis por

muito tempo: Perpétua Gonçalves refere a ansiedade do professor moçambicano obrigado a ensinar um padrão linguístico de que nem ele, nem os alunos, têm experiência directa, ansiedade que tem muito a ver com o “sofrimento do professor” descrito ontem por Ana Cristina Silva. Para analgésico só vejo a criação, a seu tempo, de variantes nacionais em Moçambique e em Angola, cada uma dotada de padrão próprio que espelhe tanto a língua falada como uma norma culta que os escritores e os cientistas ajudem a configurar. Ou seja, a repetição de passos já dados pelo Brasil.

c) Finalmente, o terceiro círculo é o brasileiro. No Brasil, o português é língua materna universal, tem padrões próprios que não conhecem, hoje, o padrão europeu e preocupa-se essencialmente em como se fazer ensinar a uma população que cresce galopantemente e cujos 9% de analfabetos são alimentados, em parte, por escolarizados que regrediram. O gigantismo dos números e a variedade que caracteriza o português brasileiro, quer no plano regional, quer no social, são ingredientes de uma situação sociolinguística e didáctica muito complexa. Tal como foi descrita por Ataliba de Castilho no seu substancioso relatório, pode ter eficácia a política oficial de ensino da língua, que parte da oralidade adquirida em família mas visa a aquisição de hábitos culturais a que os pais não tiveram acesso. Uma tal política mitigaria, sem dúvida, as ansiedades do professor moçambicano.

O Brasil partilhou com Portugal os últimos 500 anos da língua comum e sob certos aspectos conservou-a melhor do que os portugueses: construções sintácticas que muitos, cá e lá, julgam ser arrojadas novidades brasileiras já estavam no código genético da nossa língua medieval e foram abandonadas pelos portugueses, mas pelos brasileiros não; Camões, falando, talvez soasse mais brasileiro que lisboeta. Nos confins do Mato Grosso, ainda se ouve a mesma africada *tch* que, em Trás-os-Montes, abre a palavra tchuva e o verbo *tchamar*; essa antiquíssima consoante já ocupou o espaço da língua portuguesa na sua totalidade, mas hoje, como relíquia que é, perdura apenas nas franjas mais remotas e opostas. O que isto quer dizer é que não pertence a Portugal o privilégio da história nem ao Brasil, ou África, o da inovação e da modernidade. Língua velha e língua nova há-as por toda a parte, distribuídas segundo movimentos que nem sempre entendemos e criando divisões que nos são presentes, e que no futuro se agravarão.

Como historiador da língua, habituado a ver o erro de ontem transformado em forma recomendada hoje, não acredito num sistema linguístico imóvel e perene. Se o latim do Império Romano não conseguiu chegar intacto até hoje e se fragmentou em meia dúzia de línguas românicas parentas, mas

diferentes, mesmo sem oceanos que as separassem, como seria possível à língua portuguesa, acabado também o seu império, resistir a uma deriva que a transformará, a prazo, numa verdadeira família de línguas, como alguns autores defendem que está prestes a acontecer à língua inglesa? A esta questão, e parece-me que concordantemente, se referiu Solange Parveaux. Seguramente antes das comemorações dos mil anos do Brasil (ou dos 500 de Angola e Moçambique), as variantes nacionais de cada um destes países já serão vistas, por dentro e por fora, como línguas autónomas, aparentadas geneticamente, consentindo razoável intercompreensão, mas pertencendo a sociedades que só terão contacto através da cultura dos media; línguas baseadas em gramáticas distintas e com a sua variedade interna organizada em torno de normas padrão próprias, que lhes servirão também de face externa. Alguns dirão mesmo que este não é o futuro da língua portuguesa, pois já é o seu presente. Seja como for, o discurso e o pensamento sobre a língua não ganhará nada em ignorar este facto.